



Metade dos mais idosos não recebeu a 2ª dose

Passados 100 dias após o início da vacinação contra a covid-19 no país, grupo de pessoas com 80 anos ou mais ainda não recebeu a injeção de reforço. Levantamento mostra que o Centro-Oeste é a região com maior cobertura nessa faixa etária

» ISRAEL MEDEIROS

Metade dos idosos com mais de 80 anos no Brasil ainda não recebeu a segunda dose da vacina contra a covid-19. É o que mostra um estudo assinado por Mário Scheffer, da Universidade de São Paulo (USP), e Guilherme Werneck e Ligia Bahia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O levantamento aponta que, entre a população brasileira com mais de 80 anos, que totaliza 4,44 milhões de pessoas, 90% já receberam pelo menos a primeira dose de um imunizante. Mas 50% desse público ainda não conseguiu a segunda dose.

Os dados vêm dos Registros de Vacinação Covid-19, do site OpenDataSus, que compila informações atualizadas até o dia 4 de maio, de acordo com o Ministério da Saúde. A região com menor índice de vacinação com a segunda dose entre maiores de 80 anos é a Sudeste, com apenas 48%. Logo depois está o Nordeste, com 49%; e, em terceiro lugar, a região Sul, com 51% de cobertura. A região melhor colocada no ranking é o Centro-Oeste, que já vacinou com as duas doses cerca de 63% de idosos nessa faixa etária.

O ritmo de vacinação continua lento mesmo mais de 100 dias após o início da imunização no país. O grupo de idosos acima de 80 anos foi o primeiro a ser chamado para receber a primeira dose, em janeiro. Já na população que tem entre 70 e 79 anos, que conta com 9 milhões de brasileiros, a cobertura vacinal é melhor: 62% já foram vacinados com a primeira e a

segunda doses. Desta vez, o Sul se destaca, com 71% de vacinação da segunda dose.

Nesta faixa etária, os que tomaram pelo menos a primeira dose já somam 89%. Algumas regiões, como é o caso de Sul e Centro-Oeste, já vacinaram mais de 90% da população desse grupo. Entre os que têm 60 a 69 anos, faixa etária que passou a ser contemplada pela vacinação nas últimas semanas, o total de cobertura com duas doses é de apenas 12%. Isso porque o intervalo entre a primeira e segunda doses dura, pelo menos, duas semanas, a depender do fabricante da vacina.

Profissionais de saúde, que também são prioridade na distribuição de vacinas, apresentam baixo índice de retorno para o reforço do imunizante. Até agora, 45% deles receberam a segunda dose.

A vacinação entre idosos tem ajudado a diminuir o índice de mortes no país. É o que mostra um estudo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) divulgado na última semana. Segundo o levantamento, a proporção de mortes por covid-19 entre idosos com 80 anos ou mais caiu pela metade após o início da vacinação.

Em janeiro, quando a vacinação começou, o percentual de mortes nesse grupo era de 28%; no fim de abril, esse índice passou a ser de 13%. No início do ano, a taxa de mortalidade entre pessoas desse grupo era 13,7 vezes maior do que pessoas de zero a 79 anos. A pesquisa mostra ainda que pelo menos 13,8 mil mortes foram evitadas em um intervalo de oito semanas.



A velocidade da vacinação contra a covid-19 em abril

Veja quantas unidades de imunizantes contra a covid-19 foram aplicadas durante o último mês. O cálculo considera tanto a aplicação da primeira dose quanto da segunda



* não tem dados disponíveis

Destaques do mês de abril

- O total de doses aplicadas foi de **23.119.982**
- A média de doses aplicadas durante o mês foi de **770.666**
- Brasil alcançou a meta de imunizar mais de **1 milhão** de pessoas por dia em 10 dias no mês de abril
- Nos finais de semana, o número de vacinas aplicadas cai



Fonte: Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde, Ministério da Saúde/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

As doses garantidas até o final do ano

Confira quanto o Ministério da Saúde já adquiriu até o momento. Essas vacinas estão programadas para chegar até o final do ano, mas o governo federal informa que depende de variáveis para que a projeção se concretize

Com autorização de uso pela Anvisa:

Oxford/AstraZeneca/Fiocruz	112 milhões de doses
CoronaVac/Instituto Butantan	100 milhões de doses
Covax Facility	42,5 milhões de doses
Comirnaty/Pfizer	100 milhões de doses
Janssen/Johnson & Johnson	38 milhões de doses (doses únicas)

Sem autorização de uso pela Anvisa:

Covaxin/Bharat Biotech	20 milhões de doses
Sputnik V/Instituto Gamaleya	10 milhões de doses

Total de doses de vacinas adquiridas = 422,5 milhões de doses

Projeção da população brasileira = 213 milhões de pessoas

Imunização longe de atingir meta

» MARIA EDUARDA CARDIM

Mesmo diante da dificuldade de acelerar o ritmo de vacinação contra a covid-19, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, prevê que, até o final deste ano, todos os brasileiros acima de 18 anos estarão vacinados. A projeção foi repetida durante toda a última semana por Queiroga, que reiterou que receberá doses suficientes até o fim de 2021 para concluir a imunização. A estimativa, no entanto, é contestada por especialistas, diante do atraso na compra de vacinas.

Segundo cálculo feito pelo **Correio** com auxílio do médico sanitário pela Universidade

do Paraná Adriano Massuda, professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), a média diária de vacinas aplicadas em abril, considerando tanto primeira quanto segunda doses, foi de 770.666. Com isso, o país precisaria, ao menos, triplicar a velocidade para alcançar a meta proposta por Queiroga. “Nesse ritmo, precisaríamos de 462 dias úteis para imunizar toda população maior de 18 anos”, pondera Massuda.

O principal problema, segundo os especialistas, é a incerteza sobre o cronograma de entrega de vacinas. “A gente poderia imunizar a população brasileira em tempo muito me-

nor se o governo tivesse contratado as vacinas no tempo certo. Agora, há uma incerteza muito grande. E o ritmo ainda pode diminuir pela falta de produção brasileira, que é condicionada à importação do IFA (ingrediente farmacêutico ativo)”, pontua Massuda.

O Instituto Butantan enfrenta problemas no recebimento da matéria-prima da CoronaVac. O Butantan processou todo o último lote de 3 mil litros, recebido da China em 19 de abril, para produzir 5 milhões de doses e, por isso, o envase das novas vacinas foi paralisado. Na sexta-feira, o diretor do instituto, Dimas Co-

vas, informou que espera receber mais 4 mil litros do insumo até o próximo dia 8.

O epidemiologista e coordenador da Sala de Situação da Universidade de Brasília (UnB), Jonas Brant, acredita que a previsão do ministro pode se concretizar caso se observe apenas a imunização dos grupos prioritários — estimado em 80,5 milhões de pessoas —, mas não de toda a população brasileira: “De certa maneira, é muito difícil que a gente consiga vacinar toda a população do país até o final do ano porque há um desafio logístico para que isso aconteça”, afirma.

Colaborou Gabriela Bernardes

JACAREZINHO

Juízes apontam crime contra a humanidade

Em documento encaminhado ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, a associação Juizes para a Democracia classificou como “crime contra a humanidade” a operação da Polícia Civil que deixou ao menos 28 mortos na favela do Jacarezinho, na zona norte do Rio, na última quinta-feira. A incursão, no entanto, recebeu guarida da corporação. A Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) divulgou no-

ta prestando “pleno e irrestrito apoio” à incursão.

“Informamos que a Adepol do Brasil não aceitará qualquer pré-condenação à legítima e necessária ação empreendida pela gloriosa Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sendo repugnante presenciar alarmas descontextualizados e pré-julgamentos com viés estigmatizante diante do resultado da operação policial em comento”, diz um trecho da nota da Adepol. No

texto, a associação afirma que eventuais excessos no uso da força letal policial devem ser apurados “sem vieses ideológicos ou sensacionalistas”.

Ontem, a polícia divulgou os nomes das 28 pessoas mortas na operação. A corporação alega que, tirando o agente André Frias, que perdeu a vida no tiroteio, todos os demais eram “criminosos”. A Adepol, por sua vez, afirmou, na nota, que “o uso progressivo da força se coaduna totalmente com o emprego de força letal nos casos de atentados à vida de policiais e de cidadãos, notadamente quando há utilização desenfreada de equipamentos de guerra por narcoterroristas que adotam táticas de guerra irregular”.

A operação está sendo investigada pela Defensoria Pública. Em alguns casos, segundo representantes do órgão e depoimentos de moradores, há indícios de mortos sem confronto ou que já estavam feridos e rendidos. Defensores falam em “execução” e classificam o episódio como uma chacina.

A maioria dos óbitos no Jacarezinho aconteceu depois que o policial Frias foi morto, o que levou observadores a levantar a hipótese de “vingança” por parte dos agentes — o que a corporação nega.

No documento encaminhado ao ministro Edson Fachin, a associação Juizes para a Democracia também pede que o governo fluminense seja obrigado

a seguir uma série de protocolos nas ações policiais e a prestar informações sobre a incursão da última quinta-feira.

Em agosto do ano passado, o Supremo referendou uma liminar concedida por Fachin e restringiu operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro até o fim da pandemia do coronavírus. A decisão estabelece que as ações nas favelas só podem ocorrer em hipóteses “absolutamente excepcionais”, desde que sejam justificadas por escrito pela autoridade competente e comunicadas ao Ministério Público do Estado.

A proposta da associação Juizes para a Democracia é que, além das restrições já estabelecidas, todos os policiais passem

a usar câmeras de vídeo com transmissão remota nos uniformes caso sejam deslocados para operações. A ideia é que os detalhes das ações fiquem registrados e possam ser usados como provas dos procedimentos adotados.

Em outra frente, a associação aumenta a pressão para que as autoridades do Rio de Janeiro prestem esclarecimentos urgentes sobre a operação. A Juizes para a Democracia sugere que os responsáveis pela incursão sejam afastados dos cargos enquanto corre a investigação e que o governo fluminense seja cobrado a prestar informações sobre o descumprimento da ordem do STF que restringiu as ações nas favelas.